

## **UM ESTUDO DESCRITIVO-ANALÍTICO DO DICIONÁRIO DE QUESTÕES VERNÁCULAS DE NAPOLEÃO MENDES DE ALMEIDA**

**Juliana Borges de Medeiros**

**Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP**

### **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objeto de estudo o Dicionário de Questões Vernáculas, de Napoleão Mendes de Almeida. O objetivo principal é buscar respostas para a postura conservadora e nacionalista do autor, que se manteve resistente às inovações teóricas de seu tempo. Esta investigação está alicerçada na História das Ideias Linguísticas, disciplina que analisa o modo como o saber linguístico é interpretado e desenvolvido no curso do tempo.

**Palavras-chave:** História das Ideias Linguísticas; Napoleão Mendes de Almeida; conservação linguística.

### **Considerações iniciais**

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o *Dicionário de Questões Vernáculas*, de Napoleão Mendes de Almeida, doravante NMA. Apesar de ser criticado pelo seu purismo, em relação às normas gramaticais, NMA ainda é considerado um dos gramáticos e filólogos mais representativos da Língua Portuguesa, no século XX.

Como autor de gramática, não aceitava que os estudos da Linguística Estrutural interferissem no ensino do idioma pátrio. Era o defensor de uma língua repleta de espírito cívico; um intelectual da Língua Portuguesa e detentor de uma postura mais tradicional.

O objetivo principal que norteia esta pesquisa visa buscar respostas para a postura conservadora e nacionalista do autor, acompanhada de seu desejo de preservação da visão tradicional da língua. Os objetivos específicos tratam de: descrever o momento político - educacional de maior produção de NMA e examinar o *corpus* em questão.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de o autor manter-se resistente às inovações teóricas de seu tempo, permanecendo arraigado às teorias conservadoras.

No que tange à metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa histórica, buscamos a definição puramente fenomenológica do objeto, a neutralidade epistemológica e o historicismo moderado (Cf. Auroux, 1992, p. 13-4). Nesse sentido, respeitamos as

terminologias da época, em que este objeto de estudo está inserido, levando em consideração não só o momento histórico, mas também as analogias permitidas a partir desse momento.

O procedimento metodológico utilizado foi o teórico-descritivo e dedutivo. Para tanto, foram seguidos os seguintes passos: levantamento e análise do suporte teórico a ser estudado; seleção e constituição do *corpus* de análise; e análise do *corpus*, de acordo com os objetivos específicos.

Esta pesquisa está configurada em três partes: na primeira, apresentamos a fundamentação teórica que alicerçou as análises. Na segunda parte, apresentamos um panorama político – educacional do Brasil, durante o período de maior produção das obras de NMA, a Era Vargas, revelando a mentalidade dominante nesse período. E, por fim, na terceira parte, descrevemos o *Dicionário*, bem como os dados biográficos sobre o autor, contextualizando-o, em seu tempo, para dar cumprimento aos objetivos específicos.

#### **História das Ideias Linguísticas: uma perspectiva teórica**

Uma ideia linguística é todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explícita. (Fávero & Molina, 2006, p. 24)

Desse modo, a História das Ideias Linguísticas permite estudar qualquer saber que seja fundado na ciência linguística, como toda a tradição gramatical brasileira; é, pois, sob essa perspectiva, que podemos recuperar alguns pontos importantes da ciência da linguagem. Voltando no tempo, verificamos que a linguagem no século XIX era considerada um mecanismo em desenvolvimento, visto que este século foi marcado pelo Historicismo e Evolucionismo. Já a primeira metade do século XX estudou a linguagem como um sistema, com o Estruturalismo e com o Gerativismo.

Somente nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX é que a Linguística Textual e outras teorias de texto ganharam espaço, no Brasil. Contudo, notamos que a Linguística está em constante desenvolvimento, tendo, por característica principal, o estudo descritivo dos fenômenos da linguagem.

Segundo Aurox (1992, p. 16), a competência linguística é múltipla, apresentando dois saberes: o epilinguístico e o metalinguístico. O epilinguístico é o saber inconsciente que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem, antes de ser metalinguístico,

isto é, construído e manipulado com a ajuda de uma metalinguagem. O saber metalinguístico surge no momento em que temos a representação consciente dos usos da linguagem. Ele é determinado por três tipos de domínio: o domínio da enunciação – capacidade que um locutor tem de tornar a sua fala adequada à sua finalidade; o domínio das línguas – falar e/ou compreender uma língua; e o domínio da escrita.

O processo do surgimento da escrita é um processo de representação metalinguística, sem equivalente anterior, e é, provavelmente, o responsável pelo aparecimento das tradições pedagógicas da linguagem.

O saber metalinguístico contribuiu ainda para o surgimento das gramáticas. Foi a partir do século XVI que teve início o processo de desenvolvimento das gramáticas dos vernáculos europeus e línguas exóticas. Auroux (idem, p. 65) denomina esse período de gramatização, isto é, *o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber linguístico: a gramática e o dicionário*.

Segundo Elia (1975, p. 162-3), esse período só chega ao final no século XIX, no Brasil, quando os gramáticos buscavam um saber linguístico que não refletisse o saber português, produzindo as “gramáticas científicas”.

No entanto, a dificuldade de divisão do processo de gramatização é imensa, pois o saber não é estanque e tão facilmente delimitado. A reflexão que fazemos das propostas de periodização de nossos estudos gramaticais possibilita verificar que, de modo geral, todos os estudiosos sugerem uma bipartição do século XIX, tomando, como divisora de águas, a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro (1881).

Cabe ressaltar que, em uma pesquisa histórica, é válido analisar não somente fatos isolados de fatores externos, mas também as mensagens da sociedade, que neles estão contidas. Logo, para um trabalho da História das Ideias Linguísticas, torna-se relevante reconstruir o conteúdo mental, associado com o contexto sócio-histórico, em que está inserido.

Sendo assim, temos, pela perspectiva da História, informações da sociedade, aspectos econômicos, políticos e culturais; e da Linguística, a interação destes aspectos com os linguísticos de uma dada língua, em um determinado momento.

Ao analisar um documento escrito no passado, o pesquisador poderá identificar o modo de agir e de pensar de uma dada sociedade, o que o ajudará a compreender melhor o

presente e as mudanças que ocorrem hoje, no homem e na língua, de modo que ele possa estar preparado para futuras transformações.

### **O contexto político-educacional**

A Revolução de 30 foi um marco no cenário político brasileiro. Os ganhadores da Revolução preocuparam-se com a questão da educação, com novas propostas pedagógicas e educacionais.

O período de 30 a 40, época em que NMA começou a escrever sua coluna intitulada *Questões Vernáculas* para o jornal *O Estado de São Paulo*, foi marcado pelo governo de Getúlio Vargas.

Devido ao alto índice de analfabetismo, a preocupação com a ortografia e a sintaxe da língua era natural. Tal fato foi o elemento desencadeador que levou o jornal *O Estado* à contratação de NMA, que respondia às dúvidas dos leitores em relação ao que era certo ou errado. (BASTOS & PALMA, 2006, p.127)

Após a vitória da Revolução de 30, de acordo com Fausto (1996, p. 337), é criado o Ministério da Educação e Saúde e as Secretarias de Educação dos Estados. É válido lembrar que a inspiração fascista do governo de Getúlio Vargas encontrava-se presente na educação, por meio do autoritarismo. Mesmo durante a ditadura do Estado-Novo, valores de ordem hierárquica como o conservadorismo e a influência da Igreja estiveram presentes na área educacional.

Apesar de a Revolução ter posto um fim ao poder das oligarquias cafeeiras, a cafeicultura continuou a ser a principal fonte de nossa economia. Até 1931, vivia-se uma crise no setor agrícola. Assim Vargas optou por comprar os excedentes do café, destruindo, em seguida, uma parte do produto, visando reduzir a oferta e manter os preços. Essa política de valorização acabou por favorecer a economia como um todo, propiciou o desenvolvimento do processo de industrialização com base na substituição das importações.

Com a indústria, cresce o número de operários, e, com eles, a consciência de lutar pelos seus direitos. Assim, o movimento dos operários, através de greves e manifestações, entre 1930 e 1935, faz com que o governo crie uma série de leis trabalhistas com a finalidade de antecipar as reivindicações, esvaziando a mobilização operária.

Essas leis, antecipando algumas reivindicações, visavam acalmar os ânimos da classe operária e criar a imagem de Getúlio Vargas como “o pai dos pobres”.

Nesse sentido, algumas leis trabalhistas ganham destaque: segurança de salário mínimo aos operários, férias remuneradas, jornada de trabalho diário de oito horas, proteção ao trabalho da mulher e do menor e estabilidade do emprego. Essas leis foram reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ainda, em 1932, em São Paulo, eclodiu o movimento armado contra o governo federal, denominado “Revolução Constitucionalista”, assinado pela FUP<sup>1</sup> e alguns militares, que levou Vargas à convocação de uma Constituinte. Contudo, a superioridade militar do governo era notável; após três meses, a tropa paulista decidiu render-se, gesto que salvou vidas. Embora vitorioso, o governo federal percebeu que não poderia ignorar a elite paulista, e os derrotados perceberam que teriam de estabelecer um acordo com o poder central.

A Constituição de 1934, com relação à educação, procurou atender tanto às solicitações dos educadores conservadores quanto às dos liberais. A União elaborou o Plano Nacional de Educação com o propósito de organizar o ensino das diferentes áreas e de tornar real o ensino supletivo nos Estados.

Tal Constituição vigorou até o Golpe de Estado de 37, quando Gustavo Capanema assume a tarefa de reformular o sistema educacional do país. Em 1942, Capanema estabelece novas mudanças no ensino secundário. Seus currículos são mais bem organizados e uniformizados.

Nesse momento, houve uma preocupação com os jovens brasileiros, futuros condutores dessa Nação. Apesar do novo regime político, a elite continuou sendo regada por um sistema educacional elitista, que não via necessidades de mudança. O ensino secundário, por sua vez, continuou sendo o mais representativo mecanismo de ascensão da classe dominante às universidades. Assim, o ensino continuou servindo aos interesses de uma minoria aristocrática.

Nesse sentido, o ensino de Língua Portuguesa volta-se para essa elite, que obtém conhecimento por meio da leitura e interpretação das obras clássicas da literatura, e que usufrui de seu poder exclusivo de ascensão ao nível superior.

O ensino técnico-profissional continuava sendo menos relevante diante do secundário, por esse garantir acesso à universidade. Tinha como público-alvo às classes sociais menos

---

<sup>1</sup> FUP: Frente Única Paulista.

favorecidas e três propósitos: formar profissionais para a realização de atividades específicas do setor; garantir aos jovens e adultos uma qualificação profissional que lhes proporcionasse eficiência na produtividade; e aperfeiçoar o saber dos trabalhadores habilitados, divulgando conhecimentos técnicos atuais.

Convém ressaltar, a falta de atenção dada ao Programa de Língua Portuguesa, nessa modalidade de ensino, uma vez que sua prioridade não era o uso adequado da língua tanto na modalidade falada quanto na modalidade escrita.

Devido à ascensão do capitalismo industrial, a classe média emergente passa a reivindicar a mesma educação das elites. O ensino técnico-profissional não é interessante, pois representa a educação das camadas menos favorecidas.

Tal fato foi se agravando até que Getúlio Vargas torna obrigatório o ensino de Língua Portuguesa na escola primária, em todo o país. O português torna-se símbolo da identidade nacional.

Durante a Era Vargas, o sistema educacional passou por momentos distintos: de um lado a busca por oportunidades educacionais, a ascensão do capitalismo industrial; de outro, a falta de mudanças na estrutura escolar, a persistência de valores culturais, derivados da aristocracia rural em decadência. Assim, o ensino ficou em atraso perante o desenvolvimento industrial.

A Reforma Capanema, por sua vez, foi de suma importância para a sistematização do ensino secundário, dividindo-o em dois cursos: o fundamental, de quatro anos, designado Ginásio, que tinha por finalidade fornecer aos jovens uma formação geral; e o Complementar, de três anos, subdividido em Clássico e Científico, que tinha por finalidade consolidar a educação fornecida no ginásio, aprofundando-a. Durante os quatro anos ginasiais o ensino de Língua Portuguesa, segundo Faccina (2002, p. 112):

deveria ser ministrado em quatro horas/aula semanais, ainda privilegiando a expressão oral; a oratória continuava sendo a meta principal, já se pretendia preparar as pessoas, de uma determinada camada social, para os futuros cargos de mando no país; lembrando que somente o ensino secundário Fundamental (ginásio) poderia fornecer as bases linguísticas necessárias para exercer a oratória tão necessária para o domínio político da nação. Quanto ao plano de ensino de Língua Portuguesa, ele seguiu os mesmos parâmetros do anterior, dando ênfase ao texto (leitura e interpretação oral nas duas primeiras séries; acrescentando a redação nas duas últimas séries, juntamente com a literatura e a Gramática Histórica). A lexicologia e a Sintaxe somente quando se fizesse necessárias, ou seja, quando o texto assim

exigisse ou o aluno questionasse. Não se recomendava o estudo da Gramática pela Gramática (FACCINA, 2002, p. 112).

A Reforma de Capanema foi inovadora ao subdividir o curso Complementar em Clássico, voltado ao estudo da Língua Portuguesa e da Literatura Portuguesa e Brasileira, e Científico, voltado ao ensino da Matemática, Química e Física. Na primeira série, deveriam ser estudadas as escolas literárias, a sintaxe, a leitura, a redação, a exposição oral e a revisão tipográfica; na segunda, a literatura portuguesa, a regência e a concordância no que concerne à gramática, além da leitura, redação, exposição oral e análise literária; na terceira, os principais autores da literatura brasileira, exposição oral e análise literária.

Essa Reforma consolidou a preocupação do Estado com o ensino da Língua e Literaturas Portuguesa e Brasileira, fornecendo uma formação sólida aos futuros universitários, que constituíam a elite do país. Também propiciou aos currículos uma uniformização.

Nesse contexto, o ensino primário era gratuito a todas as crianças em idade escolar, designado *ensino das primeiras letras*; tal ensino dava direito ao ensino secundário. A Língua Portuguesa era disciplina obrigatória e mecanismo facilitador de outras disciplinas.

O civismo, o nacionalismo, os cantos orfeônicos, as noções de ética e de cidadania constituíam as pautas das aulas de língua materna. *O lema era: uma só língua uma só nação.* (Faccina, 2002, p. 114)

Apesar de o contexto político não ser favorável a inovações, a expansão do sistema escolar fez com que a escola fundamental oferecesse a ampliação de vagas, fato que contribuiu para o desenvolvimento do mercado editorial de livros didáticos, tais como as gramáticas. Os educadores, então, propunham, por sua vez, o livro didático como um instrumento de estudo, que auxiliasse o discente na formação de novas ideias, novos conhecimentos, de modo a facilitar a aprendizagem.

A publicação da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (1943), que continha o Programa de Português, dividido pelas quatro séries ginasiais e, em cada uma delas, três unidades de ensino, foi a maneira que NMA encontrou, para manifestar sua adequação ao novo paradigma educacional, marcando, assim, sua dedicação ao ensino.

**O autor: uma postura conservadora e nacionalista**

NMA é considerado um dos mais importantes gramáticos e filólogos da Língua Portuguesa do século XX. Por mais de quarenta e cinco anos, escreveu colunas para o jornal *O Estado de São Paulo*, as quais sempre foram orientadas por seu purismo e princípio conservador, em relação às normas gramaticais e ortográficas.

Conforme *O Dicionário de Autores Paulistas* (1954), nasceu no interior de São Paulo, em Itaí, a 8 de janeiro de 1911. Fez seus estudos primários nas Escolas Reunidas de sua terra natal; a seguir, veio para a capital onde se matriculou no Liceu Sagrado Coração de Jesus. Depois, frequentou o Instituto Salesiano de Pedagogia e Filosofia de Lavrinhas e a Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Dedicou-se, exclusivamente, ao magistério particular. Foi professor de Português e Latim em diversas instituições de ensino da capital, e fundador do primeiro curso de correspondência do país, em 1938. Após sua morte, em 24 de abril de 1998, em São Paulo, aos 87 anos, o curso de Português e Latim, por correspondência, continuou funcionando normalmente e passou a ser dirigido por sua esposa, Elizete Mendes de Almeida, até 2006.

De acordo com o *Dicionário de Questões Vernáculas*, aos vinte e cinco anos de idade, entrou na redação de *O Estado de São Paulo* com dois artigos no bolso. Aprovados pelo redator-chefe do jornal, Leo Vaz, passou a escrever um artigo semanal, substituindo o falecido João Ribeiro. Ao ser indagado sobre o título de sua coluna, deixou que Leo Vaz o escolhesse, e este a intitulou de *Questões Vernáculas*, pois havia em um jornal em Paris, *La Voix de Paris*, uma coluna linguística intitulada *Questions Vernaculaires*. Seu trabalho era dedicado aos leitores, respondendo suas dúvidas sobre as normas e o uso correto da Língua Portuguesa, valorizando assim, a norma culta.

NMA não aderiu às inovações teóricas de seu tempo, ao contrário, foi em busca das teorias mais tradicionais. Reafirmamos que ele teve uma postura contrária à Linguística. Não podemos nos esquecer de alguns fatores que o influenciaram a defender o idioma nacional: o período político ditatorial, repressor, pelo qual o país passava; o acesso restrito à escolarização; a saída recente da revolução constitucionalista; e o período da Segunda Guerra Mundial, que não favorecia a leitura, enfim a cultura.

NMA escreveu muitos trabalhos sobre a gramática da Língua Portuguesa, dentre os quais: *Antologia Remissiva; Crase, Colocação dos Oblíquos, Infinito Pessoal; Noções*



*Fundamentais da Língua Latina; Gramática Metódica da Língua Portuguesa; Dicionário de Questões Vernáculas.* Suas obras fizeram com que ficasse conhecido, como já dissemos, pelo seu estilo conservador de tratar a língua.

### **O Dicionário de Questões Vernáculas: algumas considerações**

O *Dicionário de Questões Vernáculas* é uma compilação, em ordem alfabética, das colunas que NMA escrevia, desde 1930, aos domingos e quartas-feiras no jornal *O Estado de São Paulo*. Teve sua primeira edição em 1981 e serve como instrumento de consulta a quem possa desejar tirar dúvidas de questões relativas à utilização da norma culta da Língua Portuguesa.

A estrutura das “entradas” do *Dicionário* é sempre a mesma, isto é, apresentação da palavra, seguida da explicação da utilização “correta”. O pesquisador do *Dicionário* é bem específico, aquele que tem por finalidade esclarecer dúvidas sobre as normas ortográficas e gramaticais da Língua Portuguesa.

Observe a epígrafe do *Dicionário*:

*Se o estilo reflete o homem  
o idioma reflete o povo.*

Podemos observar que, para NMA, o ato de escrever, de acordo com as normas gramaticais, está relacionado com o sentimento nacionalista, tão presente na Era Vargas, razão por que o leitor precisa tomar conhecimento dessas normas.

### **Análise dos verbetes**

Cabe ressaltar que, para o desenvolvimento dessa análise, serão feitas considerações aos verbetes que evidenciam com clareza o estilo conservador, nacionalista e intolerante de NMA, em relação às inovações linguísticas.

É importante iniciarmos pelo verbete *Linguística*, pois esse exemplifica a opinião contrária às inovações linguísticas do autor, conforme o trecho que segue:

**Linguística** - Para fixar inúteis, pretensiosas e ridículas bizantices, perde o estudante o tempo que deveria dedicar ao conhecimento efetivo da língua. A vida moderna não pode dar guarida ao que a desvia do seu destino profissional e técnico. O ensino do vernáculo nas escolas secundárias do Brasil, como o é nas da Inglaterra, da França, da Alemanha, dos Estados Unidos da América, da Rússia, deve ser utilitário, e não provocador de diploma enganador. Que proveito traz à nação brasileira ensinar à sua gente a formação, a emissão dos sons e da voz humana, com desprezos de ensinamentos fundamentais, como o da conjugação dos verbos? Que adorno cultural representa um diploma de linguística a quem escreve, ou deixa meia dúzia de vezes passar num mesmo artigo de jornal, os ais tolos erros de gramática?

A linguística não estuda idioma nem gramática nenhuma, a linguística estuda a fala, explica fatos naturais de articulação de formas de expressão oral do ser humano; como estudo das estruturas das línguas em geral, não vai além da fonética. Enganam-se os pais, enganam-se os filhos quando pensam estar a escola, a faculdade ensinando a língua da terra porque no programa consta “linguística”. O objeto da linguística é a língua no sentido da fala, de dom de expressar o homem por palavras o pensamento; é um estudo sem utilidade específica para este ou aquele idioma. Privativa é a filologia, que especifica um idioma ou um grupo de idiomas; existe uma filologia latina, uma filologia árabe, não porém uma linguística árabe, uma linguística latina, nem muito menos uma linguística portuguesa. É um dos grandes enganamentos de certas faculdades de letras fazer alunos acreditar que estão a aprender a língua de sua terra com explanações de estrutura da fala do homem. É a linguística um dos estorvos do aprendizado da Língua Portuguesa em escolas brasileiras. (p. 316)

No início do excerto, o autor diz que o discente, que se dedica ao estudo da Linguística, perde o tempo que deveria dedicar ao *conhecimento efetivo da língua*. Para ele, o único meio de se adquirir tal conhecimento é por meio da gramática, fonte eficiente de consulta para aqueles que visam ao aprendizado da Língua Portuguesa.

A Linguística, para NMA, restringe-se ao estudo da emissão dos sons da fala: *a linguística estuda a fala, explica fatos naturais de articulação de formas de expressão do ser humano*. Para o autor, tal ciência *não vai além da fonética*, ele sempre a vê de maneira negativa.

Sua postura conservadora não permitia que as publicações tratassem a língua de maneira menos rigorosa; sempre se posicionou de forma bastante intolerante com aqueles que não faziam uso da norma culta. A seguir, sua opinião sobre o modo como os veículos de comunicação de massa tratam a Língua Portuguesa:

**Linguagem dos jovens** – (...) Como o fabricante que para chamar a atenção do consumidor muda o rótulo do produto cambiando-lhe dizeres e cores, o escritor nosso é hoje uma máquina editorial que inventa palavras e altera normas do idioma. As cozinheiras ouvem rádio e elas é que influem na compra de uma massa de tomate, de um detergente, de um descascador de batatas? Pois vamos falar com elas. As cozinheiras é que compram discos? Pois vamos cantar “vi ele”, “estou na minha”. (...) Se a fala é fruto de recursos glóticos, se a linguagem é dom decorrente da inteligência, a língua, o idioma é consequência de educação, educação no sentido de instrução, de civismo, de vergonha. O que importa não é apenas sermos entendidos, senão mostrarmos que não estamos além do tribalismo (...). (p. 315)

Nesse trecho, critica os meios de comunicação de massa, por cada vez mais, se deixarem influenciar pelos registros linguísticos do povo, não fazendo uso do padrão culto da língua, única variante de prestígio.

Sendo assim, para ele, esses meios acabam influenciando negativamente as pessoas sem estudo, das camadas sociais menos favorecidas e refletem a má utilização da Língua Portuguesa, que é fundamental para a educação e afirmação do sentimento nacionalista, elo entre o povo e a Pátria.

O trecho a seguir evidencia sua insatisfação com as autoridades responsáveis pela educação no país:

**Ortografia** - Decênios atrás, reformas e reformas com o escopo único de vender vocabulários fizeram com que ninguém soubesse qual a ortografia em vigor no Brasil, nem o povo, nem os reformadores, nem o próprio ministério da educação, cujo titular declarara em princípio de março de 1948, respondendo a uma consulta, que sistema ortográfico nenhum se poderia considerar oficialmente em vigor enquanto o congresso não se pronunciasse a respeito ou dando o referendo a um dos sistemas anteriores ou elaborando outro. O congresso nacional aprovou em princípios de 1952 o sistema ortográfico de 1945, mas um inteligente senador o declarou inconstitucional, acrescentando no parecer que também inconstitucional era o sistema de 1943. De volta o assunto para a câmara, os mesmos deputados que haviam aprovado o de 45 aprovam então o sistema, já declarado inconstitucional, de 43, e o fazem por unanimidade! Até editores conseguiram fazer valer seus interesses, meramente materiais, nitidamente egoísticos e, por isso mesmo, inteiramente falsos, nesta segunda e contraditória decisão.

O característico principal do sistema de 43 estava na obrigatoriedade do acento circunflexo nos homógrafos fechados: *ê/e, este, esse, aquele, portuguesa, almoço. Rebelo, porto, toda, nôuo* etc.

(...) Mais dois pares de anos se passaram, e o famigerado circunflexo foi abolido. Professores que levaram a sério as malfadadas e deprimentes reformas ortográficas de outras épocas têm agora mais tempo para ensinar a empregar nossas palavras no período em vez de ensinar a enfeitá-las com essa sorte de sinal diacrítico (...). (p. 388)

Neste trecho, é possível verificar que suas considerações, em relação aos deputados, são repletas de ironia, principalmente por terem aprovado, em 1952, o sistema ortográfico de 1943, já considerado por eles inconstitucional.

Para NMA, a ortografia acadêmica de 1943 era para semialfabetizados ou para distraídos que podiam confundir o substantivo *máquina* com a forma verbal *maquina*. Nesse caso, a Constituição Brasileira também não escapou de seu olhar crítico, como podemos observar:

**Língua nacional** – (...) Ainda que um país lei nenhuma tenha que proíba erros de lexeologia, de sintaxe ou de ortografia, tem ele geralmente um artigo, às vezes na própria constituição política, em que determina a língua ou línguas em que seus cidadãos devem oficialmente comunicar-se. Por constituição, no Brasil ninguém sabe qual é a língua nacional (...).

(...) Língua nacional todos os países têm - uma, duas ou mais – mas suas constituições dizem do imediato qual ou quais são.

(...) Por que, pois, o pejo de programas de ensino mencionar PORTUGUÊS como disciplina de estudo? Por que o furtivo nome de **idioma nacional** em boletins escolares, em provas de exame, em horários de estabelecimentos de ensino? Língua nacional, realmente nacional, é o tupi-guarani; nem a denominação da língua nacional nem a de língua brasileira devem prestar-se para trazer sossego aos que não sabem a língua de sua terra, para esconder escórias da preguiça, da ignorância e do mau gosto, para ocultar as mazelas de um idioma corrompido pela relaxação do ensino, pelo desprezo do seu estudo, pela leviandade de professores sem formação cívica, sem consciência da profissão. (...) (p. 311-2)

Neste fragmento, é possível constatar sua indignação com a Constituição Brasileira, pelo fato de essa não dizer qual a língua oficial para a comunicação entre os brasileiros, visto que, para ele, língua nacional pertence a todos os países, tribos e nações. Afirma, também, que língua nacional é o tupi-guarani e critica os professores pelo descaso com que tratam a Língua Portuguesa e reitera que seu ensino deve ser orientado pelo padrão culto da língua.

É notável sua preocupação com a realidade linguística brasileira, devido ao abandono do uso das boas regras gramaticais. Assim, para ele, a língua revela valores cívicos. Nesse sentido, afirma sua posição contrária, por exemplo, em relação à utilização dos estrangeirismos, como aparece nesse trecho do verbete *vernáculo*:

(...) Quarenta anos atrás, sob a presidência de Washington Luís, tivemos a proibição oficial de emprego de estrangeirismos em razões comerciais, em placas, em anúncios; não se alegue que os tempos mudaram, pois no *TIME* de 19 de janeiro de 1976 a informação de que, na França, um novo esforço

para eliminar os exemplos mais evidentes de degradação do vernáculo determinou – Lei nº751349 – a proibição do emprego de palavras estrangeiras em anúncios, em contratos comerciais, nos programas de televisão e de rádio e em outros veículos de propaganda. (...) palavras alheias devem ser evitadas quando revelam o descaso das vernáculas: *sexy, blue-jeans, bowling, gadget, checkup, checkout, jet, baby sitter, nonstop, deal weight, hot dog*. (...) Deve o patricio que tem por ofício informar, compenetrar-se da necessidade de não se deixar dominar por um filoneísmo lingüístico, de obrigação de, pelo menos, ir ao dicionário, certo de que a consciência da ignorância é um grande passo para o conhecimento (...). (p. 589-90)

Diante deste quadro, é contra a introdução de estrangeirismos, de inovações lingüísticas que venham prejudicar o vernáculo. É nítida a defesa que faz da variante padrão da Língua Portuguesa, modelo de prestígio, em detrimento de outras.

Segundo o autor, só há um meio possível para um efetivo aprendizado do idioma brasileiro: *correção da redação do aluno baseada no ensino da gramática*. Para ele, *o tesouro da nacionalidade deve ficar a salvo da anarquia*. Tal preocupação em manter a Língua Portuguesa distante de interesses políticos momentâneos é percebida, também, nas reformas de ensino da Era Vargas.

### **Considerações Finais**

Pela análise dos verbetes, é possível verificar que o autor considera válido, em termos de linguagem, o que coincide com seus ideais, com aquilo que considera certo. O professor de Língua Portuguesa e autor da coluna *Questões Vernáculas*, do jornal *O Estado*, sempre deixou claro o seu repúdio pelas diferentes variantes e, como pudemos observar, não poupa esforços para depreciar as pessoas que não são adeptas das normas gramaticais.

Pudemos verificar não só o descontentamento com a falta de preparo dos professores de Língua Portuguesa, mas também a indignação do autor com os responsáveis pela educação.

Diante desta leitura, foi possível apreciar a validade que o *Dicionário de Questões Vernáculas* apresenta enquanto tira dúvidas relacionadas às normas ortográficas e gramaticais da Língua Portuguesa.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 1943.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de Questões Vernáculas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. *História Entrelaçada 2 – A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

*Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

ELIA, Silvio. *Ensaio de Filologia e Linguística*. São Paulo: Editora Grifo, 1975.

FACCINA, Rose Leão Silva. *Políticas Linguísticas: normatização do ensino de Língua Portuguesa no século XX*. São Paulo – PUC-SP. (Tese de Doutorado), 2002.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antonia Guedes. *As Concepções Linguísticas no Século XIX – A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1913.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1971.

### **ABSTRACT**

This research has as its object of study the *Dicionário de Questões Vernáculas*, by Napoleão Mendes de Almeida. The main objective of this research aims to find answers to the conservative and nationalist approach of the author, which remained resistant to theoretical innovations of his time. This research is based on the conceptual framework of the History of Linguistic Ideas, discipline that analyzes how linguistic knowledge is interpreted and developed through time.

**Keywords:** History of Linguistic Ideas; Napoleão Mendes de Almeida; linguistic preservation.

**Envio: Setembro/2014**

**Aprovado para publicação: Abril/2015**